

Mineiro defende ganho antecipado e diz que ruim é salário mínimo

BELO HORIZONTE — “O que está ruim é o salário mínimo”, alegou o líder do PMDB na Assembléia Legislativa, Felipe Neri, ao considerar os Cz\$ 457 mil mensais recebidos pelos 77 deputados estaduais de Minas apenas um bom salário. Ele e os colegas tiveram depositados este mês, em suas contas bancárias, Cz\$ 102 mil, a título de auxílio para um trabalho que só deverão ter no ano que vem: adaptar a constituição estadual à futura Constituição Federal.

O pagamento do auxílio-constituente foi decidido mês passado pela Mesa da Assembléia, que atendeu a abaixo-assinado dos parlamentares. Só não assinaram os cinco deputados do PT e dois do PFL. Um dos pefelistas é Vicente Callichio, vice-presidente da comissão preparatória da Constituinte mineira.

Callichio declarou que “nem como membro da comissão” aprova o pagamento do auxílio-constituente. “Estornei os Cz\$ 102 mil depositados em minha conta para outra, em separado. Agora, o problema de se devolver dinheiro ou recusá-lo é da consciência de cada um.”

O presidente da Assembléia, deputado Neif Jabur (PMDB) defendeu o pagamento da gratificação, afirmando que os deputados federais também receberam auxílio-constituente — o que foi negado por integrantes da bancada mineira em Brasília.

Para o vice-líder do PMDB, deputado Armando Costa, o pagamento da gratificação é justo “porque a maioria dos deputados da casa está em situação econômica difícil.” Não é o caso, porém, do presidente Neif Jabur, que admite ser rico. Ele está em litígio com a Minascaixa porque se nega a pagar os juros de um empréstimo contraído no ano passado, para a campanha eleitoral.

O deputado João Bosco Martins (PDT) disse que o dinheiro ganho pelos parlamentares mineiros é pouco. “Todo mundo morde. São associações, doações, o partido, cadeiras-de-rodas e todo tipo de contribuição, que levam o dinheiro em 15 dias.”

Automação poderá gerar polêmica na Assembléia

BELO HORIZONTE — O governador Newton Cardoso enviou à Assembléia Legislativa mensagem solicitando autorização para contratar empréstimo de US\$ 30 milhões (cerca de CZ\$ 1 bilhão 779 milhões), dos quais US\$ 10 milhões serão destinados à informatização da própria Assembléia, antes da elaboração da Constituinte estadual. Quatro empresas já se apresentaram como candidatas ao trabalho. Uma delas, a ABC-Bull, *Joint-venture* franco-brasileira, levou em setembro, a Paris, a título de conhecerem o sistema de informática do parlamento francês, o presidente da Assembléia, Neif Jabur, e seu vice, Saint'Clair Souto, ambos do PMDB.

Irritado com a rapidez com que a mensagem foi enviada à comissão de justiça para votação — chegou na segunda-feira e seria apreciada ontem, não fosse um pedido de adiamento feito para hoje — e sem a apresentação de quaisquer detalhes do projeto de informatização, o deputado Luiz Vicente Callichio (PFL) disse que o exame da matéria ficou estranhamente prejudicado. Membro da comissão de justiça, Callichio estranhou, também, que a ABC-Bull, uma das candidatas, tenha brindado o presidente e o vice do legislativo com uma viagem à França.

Ibsen quer eleição geral se presidencialismo vencer

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, defendeu a realização de eleições gerais (presidente da República, Câmara e Senado) após a promulgação da Constituição, se for mantido o sistema presidencialista. Os líderes do PT, Luis Inácio da Silva, Lula, e do PDT, Brandão Monteiro, também defenderam essa tese, com a diferença de que acham que a eleição deve ser convocada no presidencialismo ou no parlamentarismo.

Em Belo Horizonte, o deputado Ziza Valadares (PMDB-MG) anunciou que vai apresentar emenda determinando a realização em 15 de novembro de 1988 de eleições gerais — para câmaras municipais, prefeituras, governos estaduais, assem-

bléias legislativas, Câmara, Senado e Presidência da República. Segundo Ziza Valadares, o povo quer eleições gerais, em todos os níveis, e a Constituinte não pode contrariar esse sentimento.

O líder Ibsen Pinheiro ressalva que sua posição não está fundada em razões éticas, pois concorda que os atuais congressistas foram eleitos legitimamente para um mandato de quatro anos. “Mas existem fortes razões políticas para isso. Se não quisermos criar conflitos irremediáveis entre presidente e Congresso, temos que fazer eleições simultâneas para ambos. Eleição solteira de presidente no regime presidencialista é uma fábrica de crises” — afirma Ibsen Pinheiro.

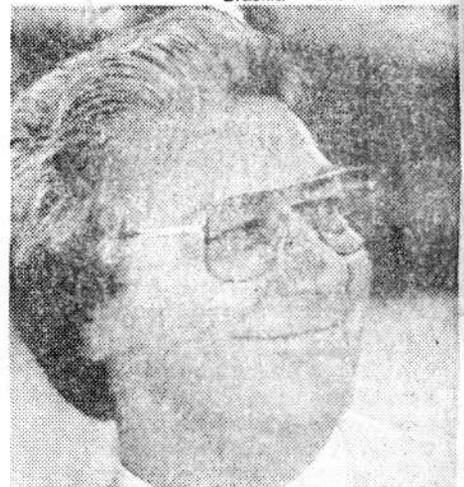
Covas e MUP debatem candidatura

Brasília — Luciana Andrade

Iniciada às 17h30min, a reunião do senador Mário Covas com 20 integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) terminou duas horas depois com algumas conclusões. O processo de debandada no PMDB, por parte dos setores mais à esquerda, está por ora estancado. Covas e o MUP terão uma reunião semanal daqui por diante para discutirem, entre outros pontos, a candidatura do senador à presidência da República.

Depois do encontro, o senador afirmou: — Evidente que se falou em candidaturas, em minha candidatura, mas eu respondi que ainda é cedo. Existem incógnitas. Qual será, depois do plenário, o sistema de governo? Qual a data das eleições, serão em 88 mesmo? Sobre se chegou a dizer que “não” sairá candidato, Covas respondeu.

— Em política as expressões “política” e “nunca” são incompatíveis.



Covas: existem incógnitas

Brasília elegerá governador

Caiu o último biônico, na noite da última terça-feira, quando a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou por 62 a cinco eleições diretas para o governo do Distrito Federal em 15 de novembro de 1988. O resultado pegou desprevenido o governador indicado José Aparecido e os próprios candidatos: de acordo com a decisão — que ainda passará pelo crivo do plenário —, o primeiro mandato será de dois anos, para que as próximas eleições no DF coincidam com as de todos os governadores.

Foi tão surpreendente que José Aparecido preferiu passar uns dias em Buenos Aires do que trabalhar na Comissão de Sistematização contra a redução de seu mandato, que terminaria em 1990. “Não vai passar”, assegurou há 15 dias a um político do PFL. A esquerda também duvidava: “A emenda não estava na ordem de preferência para ser votada”, informa o pemedebista Sigmaringa Seixas. Um acordo de última hora possibilitou o encaminhamento da emenda de Augusto Carvalho (PCB-DF) e sua aprovação. Nos primeiros capítulos do projeto Bernar-

do Cabral, a comissão já havia aprovado a autonomia político-administrativa do DF.

Zona Franca — Foi um corre-corre no Palácio Rio Negro, sede do governo amazonense, na noite da última terça-feira. Em Brasília, a Sistematização acabara de incluir na futura Constituição a perpetuação da Zona Franca de Manaus. Mas a correria não era comemorativa, e sim para desfazer a precipitação do governador Amazonino Mendes e de seu antecessor, Gilberto Mestrinho, que acabavam de enviar a todos os jornais uma nota oficial — assinada pelos dois — fazendo severas críticas ao “traidor” Bernardo Cabral, amazonense e relator da Constituinte.

Mestrinho e Amazonino apostavam na rejeição do artigo 48, que assegura vida eterna à Zona Franca. Além disso, segundo o texto aprovado pela Comissão por 72 a sete votos, a Zona Franca só poderá ter qualquer de seus dispositivos alterados por lei federal e não mais por portarias no Ministério do Interior.